

*A (DES)POLITIZAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS MODERNOS¹**

The (de)politicization of the modern Olympic Games

Luiz Carlos Ribeiro²

RESUMO

Focando em três momentos conjunturais do olimpismo — a fundação dos jogos modernos, no final do século XIX, a conjuntura totalitária dos anos trinta e a da guerra fria nos anos 1950-1980 — o presente artigo debate como a atribuída neutralidade dos Jogos Olímpicos transformou-se na sua principal força política. A tese é que à medida que o campo esportivo se autonomiza, enquanto uma atividade com regras próprias, mais ele fortalece a sua neutralidade. Do mesmo modo, quanto mais esse caráter neutro e apolítico é afirmado, mais cresce a força política do movimento olímpico.

Palavras-chave: Olimpismo; Esporte Moderno; História Política; Despolitização

ABSTRACT

Focusing on three conjuncture moments of Olympism – the foundation of modern games in the late nineteenth century, the totalitarian situation of the thirties, and the cold war in the years 1950-1980 – this article debates how the attributed neutrality of the Olympic Games is its main political force. The thesis is that, as the sports field becomes autonomous as an activity with its own rules, it further strengthens its neutrality. In the same way, the more this neutral and apolitical character is asserted, the more the political strength of the Olympic movement grows.

Keywords: Olympism; Modern Sport; Political History; Depoliticization.

Introdução

O ano é 2020. Estamos no mês de março. A expectativa era de que em menos de quatro meses assistíssemos a abertura da trigésima segunda Olimpíada de verão, desta vez na cidade de Tóquio, no Japão. Por motivos estranhos ao campo esportivo os Jogos foram suspensos, previstos agora para 2021.

O evento, como ocorre a cada quatro anos, é ansiosamente esperado. Desde os atletas e técnicos em busca de seus recordes, passando pelos organizadores, na figura do COI-Comitê Olímpico Internacional e do CON-Comitê Olímpico Nacional, do Japão e o público em geral,

1 * Pesquisa financiada com recursos do CNPq. Edital Universal, Protocolo 408155/2016-7.

2 Professor do Departamento de História, da UFPR. Coordenador do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade. E-mail: ribeiro4650@gmail.com.

as expectativas são grandes. Os investimentos são elevados. A previsão é que os custos só com a organização — melhoria da infraestrutura urbana, construção de arenas, etc. — devam ultrapassar a casa dos 25 bilhões de dólares. O volume total envolvido — gastos das comitativas nacionais, investimentos de patrocinadores diretos e indiretos, sistema de transmissão, etc. — é de difícil estimativa. De todo modo, como bem sintetizado nas palavras de Eduardo Tancinsky, consultor especializado em marcas, “mais do que uma competição esportiva, a Olimpíada é um grande painel para a exibição dos patrocinadores, que se fortalecem ao associar a sua imagem à dos maiores atletas do mundo” (ESTADO DE MINAS, 2020)

Nada disso, porém, é novidade, inclusive as acusações de compra de votos para a indicação de Tóquio, como ocorrera nos Jogos do Rio-16. O que preocupa agora é um fenômeno extra esportivo que envolve a população global: a propagação de uma nova epidemia sanitária, o novo coronavírus (Covid 19), que teve como epicentro a província chinesa de Hubei, mas já se espalha para diversos países, inclusive o Japão. Rapidamente contaminou a Europa e os Estados Unidos. Obviamente Brasil e países da América Latina não estão imunes. Os dados sobre o número de casos suspeitos de contaminação e de mortos são contraditórios, mas já se fala em milhares de mortos.

O que incomoda a comunidade global, em especial as autoridades organizadoras do evento, é que entre os fatores facilitadores de propagação do vírus estão a intensa circulação e aglomeração de pessoas, o que evidentemente é o que se espera durante os Jogos no Japão. Depois de muito resistir, no dia 24 de março o COI (Comitê Olímpico Internacional) tomou uma decisão inédita, suspendendo os Jogos de 2020, inicialmente marcada para abrir em 24 de julho. Nunca na história dos Jogos Olímpicos modernos houve um adiamento. Ocorreram decisões pela não organização do megaevento em três momentos — 1916, 1940 e 1944 —, por ocasião das duas guerras mundiais

Essa rápida passagem aos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2020, serve como pretexto para uma discussão mais ampla a respeito dos esportes e em específico sobre os Jogos Olímpicos. A motivação para esse debate encontra-se na convenção presente em diversos discursos — desde as autoridades esportivas, os discursos estatais, os textos acadêmicos e, com certeza, o senso comum — da neutralidade política dos esportes. É como se pertencessem a uma outra esfera que não a das pessoas comuns. Isso se aplica em relação tanto à moral, às relações jurídicas nacionais e internacionais e a política. O esporte é visto, portanto, como neutro e apolítico. De forma diversa, nosso objetivo é demonstrar que os fundamentos políticos dos esportes localizam-se exatamente nessa atribuída neutralidade política, sobretudo no que se refere ao olimpismo.

Muito já se escreveu sobre os Jogos Olímpicos. Nessas leituras predominam duas tendências: aquelas que reafirmam o caráter apolítico do evento — assim como dos esportes em geral —, repercutindo o discurso oficial do COI desde os seus fundadores; outras, as que procuram ler o movimento olímpico de forma mais crítica, como se verifica em boa parte da literatura que utilizamos aqui.

Nosso objetivo é demonstrar, a partir de algumas experiências históricas, como o movimento olímpico afirma o seu caráter político no tenso equilíbrio da neutralidade, no esforço de colocar o ideal olímpico acima dos interesses políticos de grupos e de Estados, o que lhe exige ser habilmente político. Para tanto, abordamos três conjunturas específicas: o momento da fundação dos jogos modernos e a verbalização dos seus ideais, na conjuntura do final do século XIX; a conjuntura totalitária dos anos 30, em especial a experiência dos

Jogos na Alemanha nazista, em 1936; e o período da chamada Guerra Fria, entre final dos anos 1940 e início dos anos 1990. Acompanhando o sociólogo Jacques Defrance, a hipótese a ser debatida é a de que as “formas de negação e afirmação da política mudam à medida que o campo esportivo experimenta impulsos de empoderamento”, ou é empurrado na direção oposta, quando o processo mostra-se reversível (DEFRANCE, 2000, p. 14).

A reinvenção dos Jogos Olímpicos

A realização dos Jogos Olímpicos modernos é, sem dúvida, um dos principais eventos esportivos do mundo contemporâneo. Ressignificado no final do século XIX a partir dos ideais iluministas de progresso e civilização do Barão Pierre de Coubertin (1863-1937), os JO's adquiriram uma força política global, auto afirmando a sua neutralidade política.

Foi em 25 de novembro de 1892, por ocasião do cinquentenário na *Union des Sociétés Françaises de Sports Athlétiques* (USFSA), que Coubertin anunciou, pela primeira vez, a proposta de reorganização dos Jogos Olímpicos, os chamados Jogos Olímpicos modernos (CLASTRES, 2008, p. 11). Na sequência, apesar da proposta de Coubertin dos primeiros Jogos se realizarem apenas em 1900, em Paris, por ocasião da realização da Exposição Universal, o evento teve início em 1896, na Grécia, ocorrendo pela segunda vez em 1900, em Paris.

Os fatores que permitiram a idealização e a efetivação de um movimento esportivo de caráter mundial tem tanto a ver com a iniciativa e o empreendedorismo de Coubertin quanto com as condições objetivas políticas, econômicas e mesmo educacionais daquele final do século XIX.

A marca histórica do século XIX pode ser percebida a partir de três elementos característicos: o apogeu das classes burguesas, a imposição política de uma massa de trabalhadores e o imperialismo comercial de caráter bélico das principais potências econômicas. Esses três fatores possibilitaram a emergência de pelo menos duas estratégias de condução política: a política de massas e o nacionalismo (HOBSBAWM, 2002; HOBSBAWM; RANGER, 1997). É nessa configuração de hegemonia burguesa, de força das massas proletárias e expansionismo comercial e bélico do capitalismo que o olimpismo se instituiu como uma força política original.

Discursando em 1892, Coubertin define a função social do esporte moderno como estratégia para paz social e fim dos conflitos internacionais:

Há pessoas chamadas utópicas quando nos falamos do desaparecimento das guerras, e não estamos totalmente equivocados; mas há outras que acreditam na redução progressiva das possibilidades de guerra, e eu não vejo utopia nisso. É claro que o telégrafo, a estrada de ferro, o telefone, a investigação apaixonada da ciência, os congressos e as exposições têm feito mais pela paz que qualquer tratado ou convenção diplomática. Então, eu acredito que o atletismo fará muito mais. Aqueles que viram 30.000 pessoas correndo sob a chuva para assistir a uma partida de futebol não pensarão que estou sendo exagerado. Que nos seja permitido exportar remadores, corredores e esgrimidores; estes é o livre comércio do futuro, e o dia em que introduzir entre as paredes da velha Europa a causa da paz terá recebido um impulso novo e poderoso. (Coubertin, in MÜLLER/TODT, 2015, p. 289)

Fica claro nesse discurso o caráter liberal e a consciência classista do papel do esporte como fator de controle social, seja nas relações de classes, seja nos conflitos internacionais. Os esportes tendo um papel civilizador de paz e harmonia, gestando, desse modo, os princípios do esporte moderno e, nele, o olimpismo. Encontra-se fundado em um modelo burguês de educação e de valorização da igualdade de oportunidades (PRONI, 2008).

O esporte moderno e a doutrina do olimpismo se inscrevem, portanto, na utopia liberal da civilização e do progresso. As ideias não são novas. Remontam à ideologia liberal do Iluminismo do século XVIII. A novidade é que o progresso capitalista da Segunda Revolução Industrial trouxe o acirramento das classes sociais e dos conflitos entre nações. Uma situação que exigiu a invenção de uma nova engenharia política do controle social, tal como a escola, os partidos e as mídias de massa e, entre outros, o esporte como um fator de entretenimento, controle social e de preparação para a guerra.

Nessa perspectiva, os exercícios corporais adquiriram no discurso de Pierre de Coubertin e na doutrina do olimpismo um significado singular. Em relação aos jogos tradicionais ou à ginástica militarizada — como predominava na Alemanha —, o esporte moderno passou por um processo de esportivização da cultura corporal (RUBIO, 2002, p. 134).

Influenciado pela derrota frente a Alemanha na Guerra Franco-Prussiana (1870/71), a elite intelectual e política francesa se interrogava sobre as origens da superioridade bélica alemã. Coubertin se manifesta abertamente decepcionado em relação ao sistema ginástico francês, que classificou de “mascarado” e de resultados píftios. Ao mesmo tempo, mostrou-se crítico do modelo prussiano, por considerá-lo autoritário e centralizador e preocupar-se apenas com o aspecto marcial. De forma diversa, “sua preferência é pelo esporte britânico, por seu culto ao esforço altruísta e a emulação que gera” (CLASTRES, 2002, p. 18/19). Ele atribui a força do império britânico à formação moral produzida pelas práticas de esportes nas *public schools* e nas universidades, como as de Oxford e Cambridge.

Ou seja, inspirada pelo modelo liberal iluminista e pela doutrina da “mão invisível do mercado”, a esportivização da cultura adquire seus ares de modernidade. A estratégia era resgatar a utopia civilizacional do indivíduo racional, capaz de uma consciência plena do mundo, onde predominava a harmonia da paz e do progresso para todos.

Mas essa era uma utopia que se esgotava rapidamente, paradoxalmente, à medida da expansão capitalista. O esgarçamento da ideologia do progresso era proporcional à eficácia do crescimento do mercado, como podia ser observado no caráter belicista internacional e no aumento das tensões classistas.

Como projeto original a esportivização da cultura corporal não veio para acalmar as tensões sociais com o aumento da proletarização. Ao contrário, os esportes modernos eram uma forma de distinção de classe, gestado sobretudo pela burguesia emergente. Os jogos tradicionais, de origem camponesa ou artesã, em geral praticados nas áreas livres, passaram, pela ação das classes burguesas, a ser ressignificados e praticados de forma restrita, inicialmente nas *public schools* e universidades e depois nos clubes de acesso circunscrito aos sócios.

Havia nessa prática uma evidente conotação de distinção social de classe. Excludentes, essas novas práticas esportivas se distinguiam dos jogos tradicionais dos espaços baldios e dos homens comuns e adquiriam um formato ideológico próprio. Praticados entre iguais, as modalidades esportivas ditas modernas foram inventadas como uma forma de distinção de classe de ocupação do tempo livre. O caráter discriminatório desses esportes legitimava-se pela regra moral — supostamente inexistente entre os homens comuns — de honra e civilidade no

controle da violência.

Praticar apenas entre os pares era uma forma de, pela exclusão, alienar o esporte das tensões presentes na sociedade. Resulta disso a defesa do esporte apenas como entretenimento, desprendimento, amadorismo e *fair play*. Esses preceitos morais consolidaram os esportes como despolitizados, ou seja, distintos da sociedade dos comuns e das tensões sociais nela presentes. É o princípio do isolamento e da “neutralidade” dos esportes em relação às questões políticas, nacionais ou internacionais.

À medida que a socialização imposta por uma política de massas dissemina essas práticas esportivas, elas vão ultrapassando as barreiras de classe e tornando-se comuns. Há um processo de proletarização dos esportes que desestabiliza o ideal olímpico e amador, decorrente dele a necessidade em insistir no caráter não profissional dos participantes. É por isso que, para Coubertin, o esportista amador é

todo aquele que nunca tenha participado de uma prova aberta, nem competido por um prêmio em espécie ou por dinheiro, seja qual for a fonte da qual provenha, especialmente dos ingressos – ou com profissionais – e que nunca tenha sido em nenhum momento de sua vida professor ou monitor assalariado de educação física. (Coubertin, in MÜLLER/TODT, 2015, p. 628).

É evidente, portanto, a contradição. Ao mesmo tempo que a proposta olímpica dos Jogos modernos pretende-se socialmente excludente, ela se encontra imbricada em uma sociedade de multidões, onde os mecanismos de controle social ou se massificam ou tornam-se ineficazes. Decorre disso a pressão dos governos nacionais pela criação de um sentimento massivo de pertencimento nacional — o nacionalismo —, o que implicava universalizar espaços de controle social, como a escola ou as práticas esportivas.

A visão romântica e idealista de Coubertin procurou escapar da possibilidade de que os Jogos Olímpicos enfrentariam desafios políticos, econômicos e sociais, variando de nacionalismo, racismo, terrorismo, corrupção ou comercialização dos jogos. Apesar de seu esforço ideológico, os Jogos Olímpicos acabaram refletindo tensões políticas, crises econômicas, floração cultural e desenvolvimento tecnológico.

Constituído como uma doutrina ou uma “filosofia em processo” (TAVARES, 1999, p. 19) o olimpismo pode ser classificado nos seus primórdios como masculino, elitista e esclarecido, próprio da filosofia do progresso e da razão.

Nesses termos, o Congresso Olímpico que instituiu o COI, em 23 de junho de 1894, foi convocado com os seguintes objetivos:

1. Conservar no desporto o seu caráter nobre e cavalheiresco;
2. Lutar contra o profissionalismo que ameaçava os amadores;
3. Instituir as lutas pacíficas e cortesias que eram consideradas o melhor dos internacionalismos. (PIRES, s/d).

Questões cruciais foram levantadas a partir de então. Como construir um ensino escolar e uma educação esportiva fundada nos princípios olímpicos da exclusão social? Como difundir um imaginário nacionalista e ao mesmo tempo construir um esportivização elitista, de acesso exclusivo a quem dispunha de tempo livre para praticá-lo de forma despreziosa?

Ou seja, apesar do caráter elitista do olimpismo moderno, ele foi obrigado a dialogar com a pressão das massas e os interesses dos governos nacionais e, à medida que se constituiu em um espetáculo de massas, passou a ser também de interesse do mercado.

Pressionado pelo progresso dos esportes socialistas, pela ampliação da democracia e pela própria disseminação dos esportes, Coubertin viu-se obrigado a reconhecer a necessidade de ampliar socialmente a prática esportiva. Em escritos de 1910 declara: “Os jovens que nada têm não podem mais permanecer deserdados do esporte. Soou a hora de vocês também provarem a alegria muscular.” (COUBERTIN, apud CLASTRES, 2008, p. 84).

Em mensagem aos participantes dos Jogos Olímpicos de Amsterdã, em 1928, Coubertin voltou a tratar das mudanças pelas quais vinham passando os Jogos Olímpicos:

Pessoalmente, gostaria de ver o pentatlo moderno sob as diretrizes que lhe impus ao cria-lo. Quanto à participação feminina nos Jogos, sou contrário a ela. É contra minha vontade que tem sido admitida em um número de provas cada vez maior.

Como o Olimpismo tem passado sem grandes perdas à Guerra Mundial, sobreviverá às revoluções sociais. Em qualquer caso, nada tem a temer com as atuais tendências corporativas. Tenho visto com alegria como as organizações operárias foram impregnadas pelo ideal Olímpico; sem dúvida, os estudantes, por sua vez, irão querer lhe conceder uma parte mais definida dentre de suas preocupações universitárias. O que importa é que em todos os níveis, desde a adolescência à idade adulta, trabalhasse para estender o espírito desportivo, feito de lealdade espontânea e de desinteresse cavalheiresco. (Coubertin, in MÜLLER/TODT, 2015, p. 596).

A dificuldade de Coubertin é trabalhar esse processo de socialização — participação feminina e operária — que experimenta os esportes modernos e o próprio olimpismo. Como conciliar, por exemplo, a proletarização dos esportes com o ideal amadorista do desinteresse cavalheiresco?

À medida que o interesse por recordes esportivos crescia, seja pela vontade dos atletas, seja por interesses políticos nacionais, a restrição elitista ao amadorismo era colocada em xeque. Na verdade, esse foi um impasse que só foi resolvido muito mais tarde, mas com um elevado custo para os princípios originais do olimpismo.

Olimpismo e os regimes totalitários dos anos trinta

A primeira metade do século XX foi de derrota para os ideais de paz e harmonia social, do qual o olimpismo era uma das faces mais visíveis. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os anos de depressão econômica e psíquica, o totalitarismo e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) expuseram o mal-estar civilizacional em que vivia o mundo, em especial o desenvolvido (FREUD, 1987). O que se encontrava derrotada era a democracia e, com ela, a filosofia

liberal do progresso de tradição burguesa. Terminada a primeira grande guerra a democracia encontrava-se entre escombros (MAZOWER, 2001).

Após a olimpíada de Estocolmo (Suécia, 1912) a expectativa era de que a próxima sede fosse em Berlim. O início da guerra mundial, em 1914, obrigou o Comitê Olímpico Internacional a cancelar o evento previsto para 1916. Os Jogos só foram reativados a partir de 1920 (Antuérpia), tendo sido realizados na sequência em Paris (1924), Amsterdam (1928) e Los Angeles (1932). Influenciado pelos discursos da Liga das Nações, de paz e de recuperação da Alemanha no rol das nações civilizadas, em 1931 o COI anuncia a realização dos XI Jogos Olímpicos para Berlim, capital da República de Weimar.

Na ocasião, apesar do sentimento antissemita já bastante enraizado na cultura alemã, as intenções de Adolf Hitler e de seu regime ainda pareciam ambíguos. A crise global — sobretudo depois de 1929 e início da depressão — estimulou o aumento do desemprego e da inflação, fazendo crescer o descontentamento com o regime democrático e acirrando o discurso contrário às humilhações do Tratado de Versalhes (1919). Uma onda racista, de extrema direita e conservadora — antiliberal, portanto — começa a tomar conta do ambiente cultural e político alemão. É nesse contexto que Hitler e o *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* — NSDAP (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães) iniciam a tomada do poder no país. O NSDAP torna-se, a partir de 1932, o maior partido da Alemanha. Apesar de não ter maioria no Parlamento, Hitler consegue ser nomeado chanceler em 1933, gradativamente assumindo plenos poderes.

É preciso reforçar que a onda antidemocrática e antiliberal não era um fenômeno exclusivo na Alemanha, mas em vários países, com grau diferenciado. Como afirma Mazower, “Na década de 1930 tudo indicava que a maioria dos europeus já não queria lutar por ela [a democracia]; havia alternativas não democráticas para enfrentar os desafios da modernidade.” (MAZOWER, 2001, p. 19). Em pouco tempo a perseguição aos judeus tornou-se prática comum e estendeu-se a todas as instâncias sociais, inclusive no campo esportivo.

O convite feito à Alemanha para sediar os Jogos Olímpicos de 1936 foi realizado antes da ascensão de Hitler e do nazismo. Quando assumiu, Hitler manifestou pouco interesse na realização dos Jogos Olímpicos. Bruno Malitz, porta-voz nazista, posicionou-se contrário à realização do evento, com o argumento que os Jogos eram “muito internacionais” e “infestados” de “franceses, belgas, polacos e judeus-negros”. O próprio Hitler havia difamado as Olimpíadas de 1932, de Los Angeles, como “um infame festival organizado pelos judeus” (GUTHRIE-SHIMIZU, 2009, p. 69). Foi Josef Goebbels, ministro da propaganda nazista, que teria convencido Hitler da relevância dos Jogos para mostrar ao mundo a vitalidade da “nova Alemanha”.

Dadas suas posições pessoais ameaçadas e a hostilidade estridente de muitos nazistas às Olimpíadas, nem Lewald nem Diem estavam otimistas sobre os jogos de 1936. Ambos ficaram apreensivos quando foram convocados, em 16 de março de 1933, para se encontrarem com Hitler na chancelaria. Para sua surpresa e alívio, Hitler não ordenou a cessação imediata dos preparativos. Pelo contrário, ele deu a eles sua aprovação. (GUTTMANN, 2006, p. 66).

Para compor o grupo organizador do evento, foi convidado pelo presidente do COI, conde Henri de Baillet-Latour, o presidente do Comitê Olímpico Alemão, Theodor Lewald,

que era igualmente membro do COI, desde 1926. Lewald tinha ascendência judia, o que o tornava suspeito aos olhares nazistas. Outro membro foi Carl Diem, capitão da equipe alemã nos Jogos de 1912 e fundador do *Deutsche Hochschule für Leibesübungen* (Colégio Alemão de Exercício Físico), onde vários judeus atuavam como professores ou instrutores. Ambos estavam envolvidos no planejamento das Olimpíadas de Berlim, canceladas em 1916, e “conquistaram amplo respeito na Europa por sua experiência em administração esportiva.” (GUTHRIE-SHIMIZU, 2009, p. 69).

Quando realizou-se em 1933, em Viena, a sessão do Comitê Olímpico Internacional para preparar os Jogos de 1936, uma das questões centrais foi com relação às garantias alemãs ao espírito olímpico. Mais especificamente com relação ao compromisso do comitê local e do governo ao direito de participação de atletas judeus-alemão e judeus de outras nacionalidades.

Muito rapidamente, Lewald e Diem perderam seus poderes. Lewald foi substituído por Tschammer und Osten (1887-1943), um oficial esportivo alemão, líder da SA (*Sturmabteilung* — milícia paramilitar nazista) e membro do Reichstag do Partido Nazista. Diem igualmente foi obrigado a renunciar de seu cargo no Comitê Olímpico Alemão. A derradeira ação de Lewald talvez tenha contribuído para a sua desgraça. Apoiado no compromisso assumido pelo governo alemão na sessão do COI em Viena, Lewald emitiu seu parecer dando garantias de que os direitos às diversidades seriam atendidos: “A princípio os judeus alemães não serão excluídos das equipes olímpicas alemãs” (apud GUTHRIE-SHIMIZU, 2009, p. 71).

É a partir desse momento que a comunidade política e esportiva norte-americana começa a manifestar de forma mais enfática seu ceticismo com relação à realização dos Jogos em solo alemão. Desde o início dos Jogos Olímpicos modernos, os EUA haviam se tornado os principais ganhadores de medalhas. Já à época de Coubertin os atletas universitários norte-americanos eram apontados como exemplo do espírito olímpico. Ao mesmo tempo, os EUA se tornaram, depois da I Guerra Mundial, em uma potência econômica internacional, como ficou demonstrado no sucesso esportivo e comercial dos Jogos de Los Angeles, em 1932. Ter a presença dos americanos era fundamental para o sucesso dos Jogos em Berlim.

A partir de 1933, diante sobretudo das frágeis garantias dadas pelos alemães na reunião de Viena, no que concerne aos direitos humanos, inicia-se nos EUA e em outros países, como Canadá e França, um movimento de boicote aos Jogos de Berlim.

Na ocasião, o presidente do Comitê Olímpico americano (*United States Olympic Committee* — USOC) era Avery Brundage (1887-1975)³. Considerado politicamente conservador e racista, teve passagens polêmicas em relação à participação de negros no esporte americano.

Desde o início, Brundage posicionou-se contrário ao movimento do boicote. Seu principal argumento era o da neutralidade dos esportes e, sobretudo, dos Jogos Olímpicos. Na verdade, os seus argumentos eram bastante politizados e polêmicos. Afirmava que os objetivos dos Jogos era promover a democracia, o que significava combater o avanço político do comunismo, os excessos dos liberais, que de forma geral atuavam em acordo com os interesses judaicos (MARVIN, 1982, p. 82). O que significa que o seu posicionamento era conservador, elitista e antisemita. Na sua visão, a ideologia nazista era totalmente separada dos ideais

3 Brundage teve uma carreira de sucesso no meio esportivo. Era engenheiro e foi atleta e árbitro esportivo. Dirigiu o Associação Atlética Amadora dos EUA (1928), foi presidente do Comitê Olímpico Americano (1929-1953). Em 1952 assumiu a presidência do COI, onde permaneceu até 1972.

olímpicos, com a justificativa de que os Jogos pertenciam ao COI e não às nações anfitriãs. O seu argumento era que os Jogos deveriam estar acima das questões políticas. (IDEM) Por essas visões, o movimento olímpico estaria comprometido se os países restringissem a participação tomando como base questões relacionadas a classes, credo ou raça.

Acreditando na promessa dos membros do comitê olímpico alemão de que não haveria impedimento à participação de atletas judeus, Brundage defende a participação dos EUA nos Jogos. No limite, a voz corrente entre alguns dirigentes olímpicos era a de que “os judeus estavam reclamando demais”, como confidenciou Evan Hunter, secretário da Associação Olímpica Britânica: “Minha opinião é de que estamos cedendo demais aos judeus!”. Ou, como manifestou-se J. Sigfrid Edström⁴, que “a principal razão do movimento ariano na Alemanha” era que “os judeus assumiram uma posição muito proeminente em certos ramos da vida e — como costumam fazer quando estão em maioria — abusaram de suas posições.” (apud MARVIN, 1982, p. 88).

Em carta dirigida a Avery Brundage, em 4 de dezembro de 1933, Edström posicionou-se da seguinte forma em relação à repressão nazista aos judeus:

Quanto à perseguição dos judeus na Alemanha, não sou de todo favorável a isso. Mas eu entendo perfeitamente que mudanças devam ocorrer. De fato, na Alemanha, grande parte da nação era governada por judeus e não pelos próprios alemães. Mesmo nos Estados Unidos, chegará o dia em que você terá que colocar um fim às atividades dos judeus. Eles são inteligentes e sem escrúpulos. Muitos dos meus amigos são judeus — é por isso que você não deve pensar que sou contra eles — mas eles devem ser contidos dentro de certos limites. (Sigfrid Edström, apud CLASTRES, 2012, p. 220-221).

Circulou livremente no COI a convicção de que as suspeitas judaicas eram infundadas, desde que os delegados alemães do Comitê haviam dado sua “palavra de honra” de que os atletas judeus estavam sendo tratados com equidade. Ou como comentara o presidente do COI, conde Henri de Baillet-Latour, “eu sei que eles [os judeus] gritam antes que haja razão para fazer isso.” (MARVIN, 1982, p. 82).

De todo modo, setores importantes da opinião pública norte-americana estavam incomodados — desde instituições religiosas, sindicatos, como a imprensa —, com o discurso ambíguo dos alemães com relação a honrar os princípios humanitários do olimpismo.

Em 1935, o *Committee on Fair Play in Sports*, dos Estados Unidos, manifestou claramente sua desconfiança em relação ao cumprimento do acordo de Viena, por parte dos nazistas:

O esporte é prostituído quando perde seu caráter independente e democrático e se torna uma instituição política... A Alemanha nazista está se esforçando para usar a Décima Primeira Olimpíada para servir às necessidades e interesses do regime nazista e não aos ideais olímpicos. – *Committee on Fair Play in Sports*, New York, November 15, 1935. (USHMM, 1990).

4 J. Sigfrid Edström (1870-1964), industrial sueco e presidente da Federação Internacional de Atletas Amadores (IAAF). Foi presidente de COI de 1942 a 1952.

Assim como a *Amateur Athletic Union* (AAU), a maior entidade governativa do esporte amador americano, expressou publicamente seu ceticismo em relação ao comprometimento dos alemães com o acordo de Viena (GUTHRIE-SHIMIZU, 2009, p. 71). Sob a presidência de Jeremiah Titus Mahoney⁵ na AAU, as críticas com relação à participação dos americanos em Berlim elevaram o tom.

Outra iniciativa contra a realização dos Jogos em Berlim partiu da Frente Popular espanhola, que propôs a organização da Olimpíada Popular, prevista para se realizar entre 19 e 26 de julho de 1936. Porém a explosão da Guerra Civil Espanhola, que durou até 1939, impediu a realização do evento (CAMPOS, 2016).

Para dirimir as inquietações, o comitê norte-americano, com o apoio do COI, decidiu enviar Brundage à Alemanha para verificar as condições reais dos atletas judeus. Pelo seu histórico, a imparcialidade de Brundage era suspeita. Além do fato de que não tinha o domínio do idioma, o que o obrigou a aceitar tradutores oficiais indicados pelo próprio governo alemão. No seu relatório, Brundage relatou o que ele já estava inclinado a aceitar: “que não havia evidência definitiva de discriminação contra judeus alemães que buscavam uma vaga na equipe olímpica alemã.” (apud GUTHRIE-SHIMIZU, 2009, p. 73). Por decisão polêmica, o comitê norte-americano aprovou o relatório e decidiu enviar a sua delegação aos Jogos de Berlim

Publicado em outubro de 1935, o manifesto do *Fair Play for American Athletes* representava a opinião da maioria dos dirigentes esportivos americanos e posicionava-se claramente pela participação nos Jogos de Berlim. Brundage questionava se boicotar os Jogos não seria transformar o atleta americano em “mártir de uma causa que não é dele”. Afinal, “o problema judaico” era assunto interno da Alemanha, e envolver atletas americanos inocentes na “briga atual entre judeus e nazistas, inverteria completamente o objeto dos Jogos” (apud GUTHRIE-SHIMIZU, 2009, p. 76).

Brundage e os signatários do manifesto não estavam sozinhos na visão que tinham do “problema judaico”. Apesar de já fora do COI, desde o começo do regime nazista, Pierre de Coubertin declarou sua admiração a Hitler. Em uma carta escrita a Sigfrid Edström, assim se manifestou em abril de 1934: “Não tenho admiração por Mussolini, mas admiro muito Hitler. Ele está se tornando o líder da Nova Europa e, em breve, talvez do Novo Mundo que está surgindo” (apud CLASTRES, 2012, p. 212).

Porém, para os proponentes do boicote, participar das Olimpíadas nazista era renunciar à “posição moral da América como a principal defensora mundial dos direitos humanos” (GUTHRIE-SHIMIZU, 2009, p. 76). O que fragilizava esse discurso era o sentimento antissemita das classes médias americana.

Apoiada por esse sentimento, a decisão final foi a participação de atletas americanos nos Jogos de Berlim. Do ponto de vista do espetáculo e dos resultados esportivos, o evento foi um sucesso, o que serviu para alavancar a eleição de Brundage à presidência do COI. Foi eleito em 1952, em pleno contexto de avaliação crítica do governo nazista, e permaneceu na presidência até 1972.

O posicionamento de Brundage de não envolvimento na questão judaica na Alemanha, mesmo depois do terrível assassinato de cerca de seis milhões de judeus, que ocorreu entre os anos 1941-1945, manteve-se idêntico. Pronunciando-se em 1959, já como presidente do COI e

5 Jeremiah Titus Mahoney (1878-1970) foi membro de longa data da AAU, juiz dos Jogos Olímpicos e da Suprema Corte de Nova York.

em pleno contexto de crítica e julgamento severo do holocausto, Brundage repetiu sua posição: “pode-se acrescentar que os Jogos de 1936 estiveram entre os mais magníficos e que foram organizados em estrita conformidade com todas as regras olímpicas” (BRUNDAGE, 1959, p. 9).

Os Jogos no contexto da Guerra Fria

Encerrada a Segunda Guerra, as relações políticas internacionais construíram um novo cenário, tendo por espectro o armamento atômico que as grandes nações passaram a controlar. A criação da ONU (Organização das Nações Unidas), em outubro de 1945, expressa o esforço de construção de uma paz mundial. Se um enfrentamento bélico global pôde ser contido, em contrapartida passou a predominar o que ficou conhecido como uma Guerra Fria. Fundamentalmente, instalou-se uma tensão política diplomaticamente administrada entre dois blocos econômicos e ideológicos. De um lado o bloco soviético, comandado pela URSS, e de outro, o bloco capitalista, liderado pelos EUA. Porém, as relações internacionais não se restringiam à divisão simples de comunistas e capitalistas, na medida que nenhum dos dois blocos era homogêneo. Predominava outra variável, que era a relação tensa entre os países desenvolvidos e ricos e o “resto do mundo”, a maioria muito pobre ou subdesenvolvida, como os países da Ásia, África e América Latina.

O enfrentamento ideológico entre capitalistas e comunistas não era novo, mas acirrou-se na medida do crescimento do movimento de esquerda no mundo. Essa tendência foi muito menos uma ação imperialista ideológica soviética, mas a expressão da profunda desigualdade na distribuição de riqueza no mundo. A face visível disso foi a explosão de movimentos revolucionários no terceiro mundo, como a revolução chinesa (1949), a cubana (1959), as guerrilhas na Indochina e a esquerda radical na América Latina.

O campo esportivo não ficou imune. No enfrentamento ideológico dos dois sistemas, os governos de cada bloco usaram seus atletas medalhistas como imagens de supremacia. As Olimpíadas foram transformadas em vitrines ideológicas. Ganhar medalhas simbolizava vencer a guerra ideológica.

Essa nova politização dos esportes colocou em descrédito o já ambivalente princípio olímpico da neutralidade e defesa da paz internacional. Os Jogos Olímpicos acabaram se constituindo num campo visível das disputas ideológicas. Com o argumento da neutralidade e de estar acima dos interesses dos Estados nacionais, os dirigentes do COI agiram politicamente de forma ambígua, dentro e fora das arenas esportivas. A guerra simbólica da diplomacia dos Estados reconfigurou o campo esportivo.

No mesmo movimento, a desnazificação no interior do COI não era um processo completo (CLASTRES, 2008b, p. 123). Significa dizer que a ideologia conservadora e racista continuava predominando no comando do Comitê. A desconfiança de Brundage à participação dos atletas russos era clara, acusando-os de não serem amadores. Em carta enviada a Sigfrid Edström, então presidente de COI, assim se pronunciou Brundage:

em nenhum caso os atletas da URSS devem ser admitidos em competições internacionais ou olímpicas, enquanto não tivermos certeza de que são

amadores. Qualquer outra decisão nos conduzirá ao desastre. (apud SUÁREZ, p. 2015)

Porém, paradoxalmente o COI teve de ser diplomático, até para se reerguer depois do ostracismo de duas Olimpíadas suspensas durante a II Guerra Mundial. Ou seja, mesmo que a ideologização racista (antisemitismo, evidente desconforto com a participação de atletas negros), classista (resistência à participação proletária) e política (anticomunista) tenha persistido, o Comitê viu-se na contingência de uma distensão diplomática. Se considerarmos as práticas tradicionais entre os dois blocos, o COI inaugurou uma original estratégia diplomática.

O esforço em autonomizar os esportes em relação ao conflito — mesmo com todas as ambiguidades — serviu fundamentalmente para fortalecer no mundo político as posições do Comitê. A política de fortalecer as entidades esportivas locais — as federações nacionais e os Comitês Nacionais — com o argumento de respeito às especificidades técnicas de cada modalidade, permitiu um certo autogoverno dos esportes. O COI montou uma rede global de comitês olímpicos nacionais, obviamente não sem fortes tensões políticas com os governos respectivos dos Estados nacionais. O argumento da neutralidade política do esporte foi o principal instrumento de crescimento político do COI, como fica claro nessa ata da Comissão Executiva do COI, realizada em Abril de 1954, em que Brundage faz um balanço do movimento olímpico:

O Presidente [Brundage] fez a história do Movimento Olímpico durante os últimos 60 anos e reafirmou que os Comitês Olímpicos Nacionais, as Federações Internacionais e o Comitê Internacional Olímpico formam uma única família pelo que todos os membros se devem ajudar uns aos outros. (Brundage, apud COSTA, 2008)

Vivendo nos pós-guerra ainda sob o espectro nazifascista, o Comitê recomenda o não hasteamento de bandeiras nacionais durante a cerimônia de abertura dos Jogos de 1948, em Londres. Determina também que os convites para participação nos Jogos só sejam endereçados aos comitês olímpicos nacionais aceitos na comunidade das nações, ou seja, política e comercialmente reconhecidos (CLASTRES, 2008b, p. 126).

Nesse sentido, a diplomacia russa foi sagaz. Desde longa data que os Jogos eram vistos pelos soviéticos como “burgueses” e a serviço do “capitalismo imperialista”. O interesse russo em ingressar no circuito olímpico deveu-se à percepção do impacto ideológico de pertencimento nacional que os esportes geravam, particularmente pela ampliação das redes de comunicação de massa. O espetáculo esportivo dos Jogos de 1936, na Alemanha nazista, ainda soava forte. A URSS esforçou-se em aproximar a ideologia da fraternidade socialista ao olimpismo, sugerindo que incorporava a paz através do esporte.

Desse modo a contribuição fraternal dos esportistas socialistas aos Jogos de Helsinque ilustra a ambiguidade da política soviética em 1951-1952, que aposta na eficácia do movimento pela paz, ao mesmo tempo que se prepara para uma guerra na Europa. (CLASTRES, 2008b, p. 126)

Mas não existia ingenuidade por parte dos membros do COI ao acatar o pedido de associação dos soviéticos. Ao contrário, apesar da desconfiança manifesta à incorporação da URSS e de países do bloco soviético, o reconhecimento atendia às estratégias de expansão do projeto olímpico. A ampliação de comitês nacionais nesse imediato pós-guerra fez parte

não só da reestruturação e fortalecimento do COI, como foi uma estratégia diplomática para enfraquecer a hegemonia das autoridades estatais norte-americanas, muito empenhadas em interferir nas decisões políticas do COI. Não menos importante, a eleição à presidência do COI levou o principal interessado, o americano Avery Brundage, a ampliar o seu leque de apoiadores. Brundage ganhou com tranquilidade a eleição.

O ingresso da URSS no Comitê Olímpico Internacional, em 1951 ocorreu depois de atender às exigências de se constituir em federações esportivas e de se submeter formalmente ao código de ética esportiva da entidade, em questões como o amadorismo. A participação da equipe soviética na edição dos Jogos Olímpicos de 1952, em Helsinque, foi notável, aumentando mais ainda a rivalidade com o bloco ocidental.

A URSS criou um sistema altamente eficaz e centralizado de gestão esportiva. O sistema de “cultura física e esporte” foi sob controle político total, com o objetivo de treinar atletas de elite para as mais importantes competições internacionais e especialmente para os Jogos Olímpicos. Uma estratégia olímpica de quatro anos foi iniciada e implementada por uma estrutura administrativa do esporte e da cultura física subordinada ao mais alto nível político. (POP, 2017, p. 624-625)

Como vimos, o discurso do apoliticismo desde os primórdios do movimento olímpico constituiu-se em estratégia de autonomizar o Comitê Olímpico, de colocá-lo acima dos interesses políticos e ideológicos, como as pressões de Estados nacionais. Isso, paradoxalmente, permitiu fazer o jogo do descomprometimento, podendo agir em nome de um ideal que estaria acima das veleidades dos interesses comuns.

Foi essa lógica que levou o anticomunista declarado, Avery Brundage, quando presidente do COI, a declarar-se defensor do modelo soviético de disciplina esportiva. Claro, associado ao seu interesse em ampliar sua base de apoio. Após visitar a URSS, a convite, declarou que “os países comunistas adotaram os argumentos do COI com entusiasmo”, declarando

Não é a superioridade de outra nação que devemos temer, mas nossa suficiência nacional e nosso amor pela vida fácil, resultante da prosperidade excessiva. Se o sucesso da Rússia nos Jogos Olímpicos nos incita, assim como ao resto do mundo, isso terá realmente servido a propósitos úteis para superarmos nossas próprias fraquezas e corrigir nossas falhas. (apud CLASTRES, 208b, p. 128)

De certa forma o crescimento dos países do bloco soviético — em especial a URSS e a República Democrática Alemã — promoveu o equilíbrio esportivo e alimentou a autonomização do movimento olímpico. Nos Jogos de 1956 (Melbourne/Austrália) e 1960 (Roma) os russos foram superiores. Esses resultados levaram os EUA a considerarem a vitória nos Jogos Olímpicos uma questão de prestígio nacional, como teria reconhecido o senador Robert Kennedy, em 1964: “Parte do prestígio de uma nação na guerra fria é conquistada nos Jogos Olímpicos” (apud POP, 2017, p. 625).

O fato é que os EUA e a URSS usaram os Jogos Olímpicos e seus atletas como oportunidades para promover sua agenda política, exercitando a supremacia de um regime sobre o outro. O atleta para quem “a bandeira é içada e o hino nacional é cantado, é portador

desse prestígio e seu desempenho é inevitavelmente associado ao país e à eficácia do sistema” (POP, 2017, p. 623).

No bloco soviético, os atletas com resultados promissores tinham a proteção financeira do Estado, embora fossem considerados amadores. Essas estratégias foram eficientes na conquista de medalhas até o esgotamento da chamada “cortina de ferro” e o fim da Guerra Fria, entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990. Com essa prática, os resultados da URSS foram notáveis, superando os EUA nos Jogos de 1956 (Melbourne), 1960 (Roma), 1972 (Munique), 1976 (Montreal) e 1980 (Moscou, sem a participação dos norte-americanos) e 1988 (Seul).

Se do lado soviético era clara a estatização do amadorismo esportivo, do lado norte-americano predominava de longa data um certo “amadorismo marrom” (PRONI, 2008), que consistia em bolsas, ajudas de custo e patrocínios de marcas esportivas aos atletas. Portanto, a prática e a acusação de burlar o espírito olímpico do amadorismo eram mútuas.

A Guerra Fria e os boicotes aos Jogos Olímpicos

O período do pós-Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1990 foi marcado pelas tensões de boicotes aos Jogos Olímpicos, ao mesmo tempo que se viu a ação do COI pautada por uma ambígua prática de *soft power* (GYGAX, 2005, p. 87; COSTA, 2011). Uma prática política em que os Jogos Olímpicos desempenharam o papel de uma ambígua distensão diplomática e o COI cuidou escrupulosamente de manter o equilíbrio entre leste e oeste.

Na edição de 1956, na Austrália, houve manifestações de boicote político, com a não participação de atletas da Espanha, Holanda e Suíça, contrárias à invasão soviética da Hungria, naquele mesmo ano. Assim como Egito, Líbano e Iraque boicotaram o evento em protesto à presença de tropas militares anglo-francesas no Canal de Suez. Contou ainda com a tensão internacional entre China e Taiwan, resultando no não comparecimento dos primeiros.

Entre os anos de 1962 e 1965, houve a experiência dos Jogos dissidentes liderados pela Indochina, o GANEFO (*Games of the New Emerging Forces*), com o envolvimento de 51 países que se contrapunham aos Jogos Olímpicos oficiais.

1968 foi particularmente um ano tenso com a guerra no Vietnã, revolução cultural na China, a invasão russa à Tchecoslováquia, o movimento estudantil nas ruas de Paris e Berlim, entre muitas outras cidades. Na Cidade do México, o movimento estudantil e popular iniciou uma mobilização na Praça das Três Culturas, com violenta repressão das forças militares, resultando em terrível massacre de muitos jovens, ficando conhecido como “massacre de Tlateloco”. Como ocorreu 10 dias antes da abertura dos Jogos Olímpicos, o temor de atos mais violentos e mesmo de críticas ao governo mexicano gerou ameaças internacionais de boicote, o que acabou não se realizando. Sob esse clima de violência, os Jogos ocorreram normalmente. A exceção foi o gesto de protesto do movimento *Black Power* de atletas negros norte-americanos e que ficou como marca da resistência negra.

O evento seguinte, de 1972, em Munique, na Alemanha Ocidental, também foi marcado por grave acontecimento. Terroristas da organização Setembro Negro, uma facção da Organização para a Libertação da Palestina, sequestrou e assassinou vários membros da equipe olímpica de Israel. Apesar do massacre, a posição do COI foi pela continuidade do evento.

Em 1976, a Olimpíada de Montreal foi marcada por um boicote de 27 nações africanas, mais o Iraque e a Guiana. O motivo foi a participação da equipe de *rugby* da Nova Zelândia em jogos na África do Sul, que havia sido excluída do COI por práticas racistas (*apartheid*).

O ápice desse movimento de boicote foi em 1980, quando os EUA negaram-se a participar dos Jogos programados para Moscou. A realização do evento vinha sendo negociada desde a reabertura dos Jogos com o fim da guerra de 1945.

Publicamente, o boicote americano aos Jogos de Moscou teria sido uma reação à invasão soviética ao Afeganistão, em dezembro de 1979. Mas o processo é mais complexo, pois de longa data, no contexto da Guerra Fria, os EUA vinham se opondo à participação de países socialistas, até mesmo pelo bom desempenho esportivo destes. O argumento de crítica era a estatização do esporte amador e o não controle de dopagem nesses países.

O boicote foi uma iniciativa política do governo de Estado norte-americano. Conforme Clastres, os arquivos do Departamento de Estado e de várias instituições do governo norte-americano, assim como arquivos do COA e do COI, informam que a CIA e a USIA (*United States Information Agency*) se tornaram “braços armados” de intervenção nos assuntos políticos esportivos, nacionais e internacionais. Rompem com uma autonomia esportiva que era uma tradição e correspondia à lógica liberal da sociedade americana. A decisão do COI de acolher a RDA e a China teria sido uma estratégia para enfraquecer a URSS, sem que a intervenção americana aparecesse publicamente (CLASTRES, 2020, p. 13).

Por uma carta datada de 20 de janeiro de 1980 e endereçada ao COA (Comitê Olímpico Americano), o presidente Carter recomendava que, caso as tropas soviéticas não evacuassem o território afegão dentro de um mês, os Jogos deveriam ser transferidos para outro lugar (MERTENS, 2005, p. 196-197).

A decisão final ao boicote foi decretada em 12 de abril de 1980, pelo COA. Ela foi precedida de tomadas de decisões de nível estatal, pelo Departamento de Estado, com o presidente Carter tendo mesmo decretado o encerramento de trocas comerciais entre EUA e URSS e ameaçado de confiscar os passaportes de atletas americanos que manifestassem intenção de deslocar-se a Moscou (IDEM).

Por pressão política e interesses econômicos, os Jogos não foram transmitidos pelas redes de TV norte-americanas que se limitaram a reproduzir *flashes* e notícias. Os Jogos foram transmitidos ao vivo a partir de um *pool* de redes estatais russas e privadas mexicanas e canadenses.

Na etapa seguinte dos Jogos, em 1984, na cidade de Los Angeles, EUA, houve o revide da URSS, igualmente boicotando a participação no evento. Em declaração publicada em Moscou em 8 de maio de 1984, o Comitê Olímpico Nacional da URSS afirmou ser “obrigado a declarar que a participação de esportistas soviéticos nos Jogos de Los Angeles é impossível (...). Agir de maneira diferente seria aprovar as ações anti-olímpicas das autoridades americanas e dos organizadores dos Jogos”. Criticava ainda “a atitude descuidada das autoridades americanas em relação à Carta Olímpica e as violações graves dos ideais e tradições do movimento olímpico”. A declaração também denunciou “organizações extremistas e grupos de todos os tipos que visam criar condições insuportáveis para a permanência da delegação soviética e o desempenho de atletas soviéticos” (MERTENS, 1984, p. 195).

Para demonstrar o “fracasso do capitalismo californiano”, a propaganda soviética se concentrou, mesmo antes dos Jogos de Moscou, na acusação da incapacidade do COI de reagir às intervenções políticas e aos financiamentos dissimulados recebidos do governo norte-

americano (CLASTRES, 2020, p. 12).

Além dessas justificativas, havia ainda a preocupação dos soviéticos em relação à crítica dos grupos dissidentes e/ou exilados e até mesmo o pedido de asilo político por parte de membros de suas equipes esportivas. Apoiaram o boicote russo a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), Vietnã, Bulgária, Laos, Mongólia, Afeganistão, Cuba, Tchecoslováquia, Hungria e Polônia.

Esse conjunto de boicotes políticos aos Jogos Olímpicos coincidiu, entre final dos anos 70 e início dos 90, com uma série de transformações estruturais no mercado mundial, a chamada globalização. Conforme Proni, entre as mudanças estão “as que transformaram o ‘esporte de alto rendimento’ em atividade profissional orientada para satisfazer a próspera indústria do entretenimento” (PRONI, 2008).

Apoiado pelo governo norte-americano, interessado no jogo ideológico, e por empresas multinacionais, interessadas no rendimento financeiro dos esportes, o COA pressionou o COI e seu novo presidente, Juan Antonio Samaranch⁶ a abandonar a regra do amadorismo que era até então favorável ao bloco soviético.

Nesse sentido, Samaranch se pronunciou favorável a “abandonar o já esgotado dogma do amadorismo esportivo”, que teria o efeito de “reequilibrar a guerra fria do esporte em benefício das nações esportivas ocidentais.” Seu objetivo foi, por um lado, “conceder autonomia financeira ao COI”, livrando-o assim “da supervisão dos Estados” e, por outro, como um programa principal, “firmar uma aliança com a mídia e as empresas comerciais no sentido de investirem no mercado esportivo” (CLASTRES, 2008b, p. 133-134). Na verdade, desde os anos 1960/70 o mundo esportivo vinha se tornando “intensamente técnico” (DEFRANCE, 2000, p. 25).

Para o sociólogo Jérôme Gigax, William Edward Simon teria sido “o verdadeiro arquiteto da reforma do sistema olímpico americano”, nos anos 1970, e que foi em seguida estendido ao movimento olímpico internacional. Simon foi um empresário norte-americano que serviu como Secretário do Tesouro dos Estados Unidos entre 1974 e 1977. Entre 1977 e 1981, foi tesoureiro do COA (Comitê Olímpico Americano), assumindo em seguida a sua presidência. Foi ele quem instaurou o modelo de mercantilização. Dois dias após a comunicação soviética de boicote aos Jogos de Los Angeles, em 1984, Simon assim se pronunciou em discurso:

Devemos abrir nossos corações e mentes, esquecer os preconceitos do passado e iniciar o diálogo que resultará na criação de um novo movimento olímpico que reconhecerá o mundo como é hoje. [...] Com a mente aberta [devemos] começar a definir e redefinir nossa missão, porque deve ser óbvio para todos que o movimento olímpico emergirá dessa segunda ruptura [não participação soviética] como uma entidade diferente.

(...) É um fato econômico inegável que 80% dos fundos do COI são derivados de contratos de televisão americanos. A comercialização é hoje

6 Juan Antonio Samaranch (Barcelona, Espanha, 1920-2010), foi embaixador espanhol na União Soviética e na Mongólia. Sua relação com a URSS foi um dos fatores favoráveis à sua eleição à presidência do COI (1980-2001). Sua gestão foi marcada por problemas de dopagem e de acusações de corrupção financeira.

parte integrante dos Jogos Olímpicos, assim como o lançamento de pombas da paz na cerimônia de abertura. [...] Um esforço comercial coordenado e bem direcionado poderia efetivamente compensar as empresas que se identificam com o movimento olímpico. (GYGAX, 2005, p. 97).

Em síntese, a conjuntura da Guerra Fria foi tanto um período de fortalecimento da ambígua diplomacia do Comitê Olímpico Internacional, quanto o seu esgotamento. Conquistou de tal forma um destaque nas relações internacionais que tornou-se excessivamente requisitada pelas forças políticas. Se o lado americano procurou associar o “espírito olímpico” aos seus auto proclamados princípios de “democracia e liberdade”, os soviéticos fizeram o mesmo em relação à afirmada “fraternidade socialista”.

A derrota dessa última no xadrez internacional deixou livre a mercantilização dos Jogos, que fora inicialmente proposta pelos americanos como uma estratégia para fazer frente à eficácia esportiva dos comunistas.

Conclusão

A neutralidade política, ou o apoliticismo dos esportes modernos, é concomitante à reinvenção dos Jogos Olímpicos, no final do século XIX. Surge num contexto de ampliação dos conflitos comerciais e bélicos, mas também de crescimento da proletarização e pressão das massas sociais. Foi inventado a partir do ideal burguês e iluminista de harmonia social, em que determinados valores morais apresentavam-se como universais e comuns a todos os cidadãos. Estariam esses ideais não a serviço de interesses de grupos e de Estados, mas de toda a humanidade.

Segundo Defrance, a liderança esportiva internacional está dividida em dois tipos. Uma “utópica”, que procura construir uma “entidade esportiva extraterritorial mundial,” cujo corpo de líderes se colocaria “em pé de igualdade com os chefes de Estado”, acima das divisões nacionais. É o que pode ser denominado uma diplomacia *soft power*. Outra, é a opção “pacifista” e internacionalista, uma forma de exercer a neutralidade, ou seja, “uma maneira de não escolher entre os campos opostos” (DEFRANCE, 2000, p. 22).

Trata-se de uma estratégia ideológica de dissimulação do conflito como uma forma de servir, a partir desse pretense lugar neutro, como dogma aos indivíduos. Toda a sua eficácia está em ocultar os conflitos e servir como régua moral a todos, independentemente de credos religiosos, raças ou vontades políticas.

Porém, apesar desse esforço, esse discurso emana de algum lugar de poder. Logo, todo seu empenho é o de dissimular esse lugar particular, colocando-se como único e universal. Paradoxalmente, ele só é eficaz se tornar-se politicamente neutro.

A historicidade dessa experiência demonstra que esse paradoxo, na medida em que o controle político desse poder é disputado de forma complexa, revela múltiplos agentes de interesse. Desde as classes burguesas constituindo seus espaços distintos de modo de vida, logo inventando-se como classe; as massas proletárias lutando pela ampliação dos seus direitos (ao mesmo tempo que se afirmam como classe, borram as fronteiras das distinções sociais, pois conquistam direitos); a necessidade de autenticação das identidades dos Estados-nações

(o nacionalismo), em oposição a uma desejada vontade geral; até os interesses dos diversos grupos ou mesmo projetos pessoais de poder.

É nessa teia que o ideário apolítico do olimpismo precisou se forjar. E foi sustentado no conflito que a ideia da neutralidade dos esportes se legitimou. Não sem contradições, obviamente.

Foi assim no momento de sua fundação, no final do XIX, quando essas identidades de classes, grupos e Estados nacionais estavam se consolidando, com o ápice da expansão do capitalismo industrial e financeiro. Igualmente, foi na conjuntura totalitária e, mais tarde, nas tensões entre comunismo e capitalismo.

Nessas trajetórias, a neutralidade não conseguiu ocultar o seu lugar de poder. Teve de posicionar-se em relação à distinção elitista do amadorismo, no XIX; de ferir seus princípios liberais e democráticos nas experiências dos regimes totalitários e na complexidade das tensões da Guerra Fria.

Uma prática política que colocou a neutralidade dos Jogos como uma moeda de troca, que mais se valoriza quanto mais é disputada. Os dirigentes do COI souberam, ao dogmatizar os princípios do olimpismo, ocultar seus interesses ideológicos e seu lugar particular de poder.

Há uma leitura que preconiza que o esgotamento da Guerra Fria teria desideologizado os Jogos Olímpicos, na medida que não existem mais grupos ideológicos disputando sua hegemonia. É um raciocínio que alimenta a ideia de que os Jogos são em si puros e que só se politizam por contaminação. No limite, reforçam a utopia da neutralidade dos fundadores do olimpismo.

A questão é outra. Se as categorias ideológicas do nazismo ou da Guerra Fria não são mais válidas historicamente para analisar a conjuntura atual, nada nos autoriza afirmar que o olimpismo existe agora em algum lugar neutro e apolítico. O esforço pelo descolamento ideológico permanece o mesmo.

Referência

BOLZ, D. *Les arènes totalitaires*. Hitler, Mussolini et les jeux du stade. Paris: CNRS Éditions, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Les Jeux olympiques . In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 103, juin 1994. Les enjeux du football. pp. 102-103. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1994_num_103_1_3104 \. Acesso em: 03.12.2019

BRUNDAGE, Avery. Ouverture solennelle de la 55e Session du Comité International Olympique à Munich, le 23 mai 1959. Discours du Président du Comité International Olympique M. Avery Brundage. *Bulletin du Comité International Olympique*. Vol. 67, Août 1959.

CAMPOS, Flavio de. A política no pódio: episódios de tensões e conflitos nos Jogos Olímpicos da Era Moderna. *Revista USP*, São Paulo, n. 108. p. 11-20, janeiro/fevereiro/março 2016.

CLASTRES, P. (2020). Olimpismo et guerre froide. Du paradigme réaliste au paradigme culturel. *Guerres mondiales et conflits contemporains*, 277(1), 7-25

CLASTRES, P. Jeux Olympiques. *Un siècle de passions*. Paris: Les quatre chemins, 2008.

CLASTRES, P. Sport, diplomatie et guerre froide. L'exemple des jeux olympiques d'Helsinki 1952. In: Philippe Poirrier (dir.) *Culture, médias, pouvoirs aux Etats-Unis et en Europe occidentale de 1945 à 1991. Textes et documents*, Dijon, Editions universitaires de Dijon, 2019, pp. 27-32.

CLASTRES, Patrick, «Neutralité politique, compromissions avec le régime nazi, continuité olympique. Les présidents successifs du CIO (1925-1972) au défi des Jeux de Berlin», in Georges Bensoussan *et al.*, *Sport, corps et sociétés de masse*, Armand Colin «Recherches», 2012, p. 211-228. ^[1]_{SEP}

CLASTRES, Patrick. Paix par le sport et guerre froide: Le neutralisme pro-occidental du Comité International Olympique. In: SIRINELLI, Jean-François ; SOUTOU, Georges-Henri (dir.) *Culture et Guerre froide*. Presses Paris Sorbonne, 2008b.

COSTA, Alcides Viera, et al. Olimpismo y “Soft Power”. De Atenas (1986) a Pequín (2008). *Materiales para la Historia del Deporte*, 2011, 9: 23-42.

DEFRANCE Jacques. La politique de l'apolitisme. Sur l'autonomisation du champ sportif. In: *Politix*, vol. 13, n°50, Deuxième trimestre 2000. Sport et politique. pp. 13-27.

DEMOUGIN, Laure, KATSANOS, Filippos, THÉRENTY, Marie-Ève. Malaise à Olympie: Les Jeux de Berlin dans la presse française en 1936. Belphegor, *Dalhousie University's Electronic Text Centre*, 2017, Disponible em: <https://journals.openedition.org/belphegor/875> . Acesso. 15.02.2020.

ESTADO DE MINAS. “Olimpíada de Tóquio já é a mais rentável da história”. 16/07/2019 . Disponible em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/07/16/internas_economia,1069897/olimpiada-de-toquio-ja-e-a-mais-rentavel-da-historia-entenda.shtml. Acesso em: 20.02.2020

FREUD, S. Mal-estar na civilização. In: Freud, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

GUTHRIE-SHIMIZU, Sayuri. Architects of a Masquerade Peace: The United States and the 1936 Berlin Olympic Games. *The Japanese Journal of American Studies*, No. 20 (2009). Disponible em: http://www.jaas.gr.jp/jjas/PDF/2009/05_067-087.pdf Acesso em: 02.01.2020.

GUTTMANN, Allen. Berlin 1936: The Most Controversial Olympics. In: TOMLINSON, Alan and YOUNG, Christopher (E.d) *National Identity and Global Sports Events. Culture, Politics, and Spectacle in the Olympics and the Football World Cup*. New York: State University of New York Press, 2006, pp. 65-81.

HERVÉ, Pierrick. Les Jeux Olympiques: Des enjeux multiples. Éditeur Réseau Canopé, SCÉRÉN-CNDP 2012 Disponível em: http://www.cndp.fr/fileadmin/user_upload/POUR_MEMOIRE/jo/jo_pdf.pdf Acesso em: 21.02.2020.

HOBSBAWM, E ; RANGER, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, E. *A era dos impérios, 1875-1914*. 7a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LATTY, F. *Les Jeux olympiques et le droit international: rendez-vous manqué et rencontres du troisième type*. Annuaire Français de Relations Internationales Volume X, 2009.

LICO, Flávio de Almeida Andrade. *O boicote aos jogos olímpicos de Moscou – 1980: uma análise da reação do movimento olímpico brasileiro e internacional*. (Dissertação de Mestrado) Escola de Educação Física e Esporte. USP: São Paulo, 2007.

MARVIN, Carolyn. Avery Brundage and American Participation in the 1936 Olympic Games. *Journal of American Studies*, 1982, 16.1: 81-105.

MAZOWER, Mark. *O continente sombrio: a Europa no século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

MEIHY, Murilo; SOUZA, Luana. O esporte como ferramenta política e diplomática: o caso do boicote americano às Olimpíadas de Moscou (1980). *FuLiA/UFMG*, 2017, 2.3: 147-159.

MERTENS, Pierre. Boycott des Jeux Olympiques, Le. *Rev. BDI*, 1984, 18: 195.

MÜLLER, Norbert; TODT, Nelson Schneider (ed.). *Pierre de Coubertin (1863-1937)–Olimpismo–Seleção de textos*. EDIPUCRS, 2015.

PIRES, G. Os seis pilares do olimpismo moderno. *Fórum Olímpico de Portugal. Desporto & Desenvolvimento Humano* <https://www.forumolimpico.org/seis-pilares-olimpismo-moderno>. Acesso em: 20.02.2020.

POP, Cristiana L. (2017). Olympic Games in Time of Cold War. In C. Ignatescu, A. Sandu, & T. Ciulei (eds.), *Rethinking Social Action. Core Values in Practice* (pp.623-632). Suceava, Romania: LUMEN Proceedings

PRONI, Marcelo Weishaupt. A reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing. *Esporte e Sociedade*, 2008, 3.9: 1-35.

RUBIO, Kátia. Do olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. *Revista Paulista de Educação Física*, 2002, 16.2: 130-143.

SIGOLI, Mário A.; JUNIOR, Dante de R. A história do uso político do esporte. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, 2008, 12.2: 111-120.

SUÁREZ, Orfeo. *Los cuerpos del poder*. Deporte, política y cultura. Córner, 2015.

TAVARES, O. ; DACOSTA, L. P. (Orgs.) *Estudos olímpicos*. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 1999.

TAVARES, O. Referenciais teóricos para o conceito de “Olimpismo”. In: TAVARES, O. ; DACOSTA, L. P. (Orgs.) *Estudos olímpicos*. Rio de Janeiro: Ed. Gama Filho, 1999, pp. 15-50.

USHMM-United States Holocaust Memorial Museum. Boycott. *Nazi Olympics, Berlin 1936*. 1990. Disponível em: <https://www.ushmm.org/exhibition/olympics/?content=boycott&lang=en>. Acesso em: 13.02.2020.

RECEBIDO EM: 27/03/2020
APROVADO EM: 03/04/2020